

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA

PROCESSO N° : 10805-002338/92-59  
SESSÃO DE : 19 de maio de 1998  
ACÓRDÃO N° : 301-28.730  
RECURSO N° : 118.679  
RECORRENTE : DRJ/SÃO PAULO/SP  
INTERESSADA : GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA

IPI VINCULADO - CLASSIFICAÇÃO FISCAL - Veículo marca RENAULT, modelo TRAFIC TA 13, 2.1 litros, diesel, classifica-se no código 8704-21.0200.

RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de ofício, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 19 de maio de 1998

MOACYR ELOY DE MEDEIROS  
Presidente e Relator

*LCP*  
Luciana Cortez Roriz Pontes  
Procuradora da Fazenda Nacional

10 JUL 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: LEDA RUIZ DAMASCENO, MÁRIO RODRIGUES MORENO, MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ, FAUSTO DE FREITAS E CASTRO NETO, CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO e JORGE CLÍMACO VIEIRA (Suplente). Ausente o Conselheiro: JOSÉ ALBERTO DE MENEZES PENEDO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N.º : 118.679  
ACÓRDÃO N.º : 301-28.730  
RECORRENTE : DRJ/SÃO PAULO/SP  
INTERESSADA : GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA  
RELATOR(A) : MOACYR ELOY DE MEDEIROS

RELATÓRIO

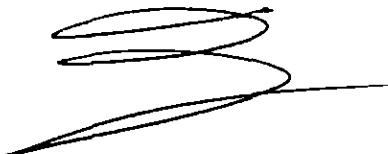
Recorre a DRJ/SÃO PAULO, de decisão em que exonerou a empresa GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA, de penalização decorrente de Auto de Infração lavrado pela DRF-SANTO ANDRÉ, por desclassificação de mercadoria importada.

Trata-se da importação de veículos utilitários marca RENAULT, modelo TRAFIC TA 13, 2.1 litros, movidos a diesel. A classificação indicada pelo importador foi na posição 8703.90.9900, alíquotas de II 0% e IPI 14%, enquanto a DRF entendeu correta a posição 8703.23.9900, alíquotas de II 0%, e IPI 31%.

Na análise da impugnação, decidiu a DRJ, pela posição 8704.21.0200, com alíquota do II 0%, e IPI 6%.

Por não restar nenhum tributo a recolher, reconheceu e deferiu a impugnação.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N.º : 118.679  
ACÓRDÃO N.º : 301-28.730

VOTO

Na análise das peças acostadas, e especialmente do catálogo comercial e de especificações técnicas (fls. 358/366 e 327/333), verifica-se claramente que o veículo em questão se classifica na posição 8704.21.0200, indicada pela DRJ, razão porque, voto no sentido de negar provimento ao recurso de ofício.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1998



MOACYR ELOY DE MEDEIROS - Relator